MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

AS RELAÇÕES BRASIL-VENEZUELA: ENTRE A RIVALIDADE E A COOPERAÇÃO (2002-2010) [1]

BRAZIL AND VENEZUELA RELATIONS: BETWEEN RIVALRY AND COOPERATION (2002-2010)

LAS RELACIONES BRASIL-VENEZUELA: ENTRE LA RIVALIDAD Y LA COOPERACIÓN (2002-2010)

Carolina Silva Pedroso
Doutoranda e mestre e pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP).
Pesquisadora vinculada ao Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da UNESP (IEEI-UNESP) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU).
Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Resumo:

O início do século XXI marcou a chegada ao poder de governos progressistas, identificados com a esquerda e com uma retórica antineoliberal. O primeiro deles foi Hugo Chávez Frías na Venezuela, eleito em 1998. Em 2002 foi a vez de o Brasil escolher um ex-operário para o mais alto posto do poder Executivo, Luiz Inácio Lula da Silva. Além de mudanças internas significativas, sobretudo na Venezuela, a política externa destes dois países foi bastante proativa. Ambos promoveram projetos políticos regionais para a América do Sul com objetivos semelhantes, mas estratégias distintas, motivo pelo qual é possível afirmar que se tornaram concorrentes, embora não antagônicos nem excludentes. Ademais das disputas e complementaridades na esfera regional, as relações econômicas, comerciais e políticas entre esses países também ganharam maior relevância. São estes os aspectos abordados em nosso estudo, cujo recorte histórico é delimitado por dois eventos: o golpe sofrido por Chávez em 2002, em que a intervenção do Brasil foi essencial, e o fim da presidência de Lula da Silva em 2010. Desta forma, poderemos pensar em perspectivas futuras para o relacionamento bilateral, tendo em vista as mudanças de perfil na política externa da atual presidente brasileira, Dilma Rousseff.

Palavras-chave: Brasil e Venezuela; Relação Bilateral; Rivalidade e Cooperação.

[1] Esse trabalho é uma versão ampliada da apresentação feita em espanhol durante o 8° Congresso Latino-Americano de Ciência Política, ocorrido em Lima (Peru), entre 22 e 24 de julho de 2015. Agradeço a Marcio Sherma, organizador do painel na ALACIP, e a Fabrício Padilha pelos comentários e sugestões.

Abstract:

The XXI century's beginning marked the coming to power of progressive governments identified with the left and with an anti-neoliberal rhetoric. The first was Hugo Chávez Frías in Venezuela, elected in 1998. In 2002, Brazil chose an ex-former factory worker for the highest office in the executive branch, Luiz Inácio Lula da Silva. Besides important internal changes, especially in Venezuela, foreign policy of the two countries has been very proactive. Both promoted regional political projects for South America with similar goals, but different strategies, the reason why we can say that they became competitors, though not antagonistic or exclusive. Moreover disputes and complementarities at the regional level, the economic, trade and political relations between these countries also gained greater relevance. These are the issues addressed in our study, whose historical portrait is bordered by two events: the coup d'état suffered by Chavez in 2002, in which the intervention of Brazil was essential, and the end of Lula da Silva's presidency in 2010. Therefore, we will be able to think about future prospects for the bilateral relationship, given the profile changes in the current foreign policy Brazilian president Dilma Rousseff.

KEYWORDS: Brazil and Venezuela; Bilateral Relationship; Rivalry and Cooperation.

Resumen:

El comienzo del siglo XXI marcó la llegada al poder de gobiernos progresistas, identificados con la izquierda y con una retórica neoliberal. El primer fue Hugo Chávez Frías en Venezuela, elegido en 1998. En 2002 Brasil eligió para presidente un ex obrero, Luiz Inácio Lula da Silva. Además de importantes cambios internos, especialmente en Venezuela, la política exterior de los dos ha sido muy proactiva. Ambos promovieron proyectos políticos regionales en América del Sur con objetivos similares, pero con distintas estrategias, por lo que podríamos decir que se convirtieron en competidores, aunque sus propuestas no fuesen antagónicas o mutuamente excluyentes. Más allá de los conflictos y de las complementariedades en el nivel regional, las relaciones económicas, comerciales y políticas entre estos países también ganaron más importancia. Estos son los aspectos cubiertos en nuestro estudio, cuyo enfoque histórico está delimitado por dos eventos: el golpe sufrido por Chávez en 2002, en el que la intervención de Brasil ha sido esencial, y el fin de la presidencia de Lula da Silva en 2010. De esa manera, se pueden delinear perspectivas futuras para el relacionamiento bilateral, teniendo en cuenta los cambios de perfil en la política exterior de la presidente brasileña, Dilma Rousseff.

Palabras-clave: Brasil y Venezuela; Relación Bilateral; Rivalidad y Cooperación.

INTRODUÇÃO

Na América do Sul, durante a década dos anos 2000, ocorreu a ascensão de governos com pautas consideradas progressistas, que buscavam se identificar com movimentos de esquerda e uma retórica antineoliberal. O primeiro deles foi Hugo Chávez Frías na Venezuela, quando eleito em 1998. Nos anos iniciais de governo, por razões internas e externas, o novo presidente venezuelano ainda não era considerado um líder radical. Do ponto de vista doméstico, sua maior conquista tinha sido uma mudança constitucional que incluiu mecanismos de democracia participativa e ampliou os direitos sociais no país. Já na política externa, o grande ativismo internacional, a defesa do multilateralismo e o uso do petróleo como elemento de poder – características da diplomacia venezuelana desde 1958 – foram mantidas como linhas-mestras (SERBIN, 2011a). A radicalização do processo bolivariano

ocorreu entre 2002 e 2004, após tentativas de golpe e de desestabilização empreendidas pela oposição. Na arena internacional, a partir de então, a Venezuela passou a adotar uma postura mais combativa frente à hegemonia dos Estados Unidos, protagonizando a criação da Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) e a derrota da proposta da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA) em 2005, além de participar ativamente da União de Nações Sul-Americanas, a UNASUL (VILLA, 2004, 2007).

No mesmo período em que a Venezuela passou a adotar uma postura mais antiamericana, o Brasil elegeu o petista Luiz Inácio Lula da Silva, um ex-metalúrgico, à presidência da República. Internamente ele procurou conciliar crescimento econômico com programas sociais de redistribuição de renda, porém sem promover reformas estruturais (SINGER, 2012). Na política exterior, reforçou o ímpeto brasileiro de inserir-se globalmente de maneira autônoma, ao mesmo tempo em que tentou consolidar sua liderança regional (VIEIRA & ALDEN, 2011). Para tal, enfatizou o recorte de América do Sul em detrimento de América Latina e de Pan-América[2], para alcançar um duplo objetivo: afastar os Estados Unidos das decisões políticas na região e evitar a concorrência com o México pela liderança. Neste âmbito, o Brasil de Lula foi responsável pela criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), surgida em 2004, e, posteriormente, convertida em UNASUL, como também pela inserção de pautas mais sociais no MERCOSUL.

Ambos promoveram projetos políticos para a região, que podem ser representados pela ALBA e UNASUL, além de outros projetos autonomistas que visavam manter os Estados Unidos distantes, porém cada qual com estratégias distintas. Por este motivo é possível afirmar que eles se tornaram concorrentes, embora não necessariamente defendendo pautas antagônicas ou excludentes. Ademais das disputas e complementaridades na esfera regional, as relações político-diplomáticas, econômicas e comerciais entre esses países também ganharam maior relevância e volume.

O presente trabalho está estruturado a partir dos aspectos mencionados, dando ênfase ao período delimitado pelo golpe sofrido por Chávez em 2002, em que a intervenção do Brasil foi fundamental, e o fim da presidência de Lula da Silva em 2010. Esse recorte permitirá entender melhor o impacto da mudança no perfil da política exterior nos primeiros anos do mandato de Dilma Rousseff. O menor engajamento da presidente brasileira em política internacional faz com que o período anterior ganhe ainda mais destaque em termos da relação bilateral com a Venezuela. Assim, a premissa deste texto é que entre 2002 e 2010 estes dois países se tornaram atores essenciais para compreen-

[2] O trabalho de Betancort (2015) apresenta os interesses brasileiros em reivindicar o conceito de América do Sul como fazendo parte de um projeto político mais amplo, além de diferenciá-lo dos demais recortes geográficos possíveis e seus respectivos projetos políticos.

der a configuração sul-americana, não só pela atuação particular de cada um na arena regional, mas em especial pela interação entre eles neste período. Ele está dividido em três partes explicativas sobre os aspectos regionais, políticos e econômico-comerciais da relação bilateral, com o propósito de facilitar o entendimento, porém desde já destacamos que todos eles estão fortemente inter-relacionados. Após a apresentação destes aspectos, faremos um balanço do período estudado e apontaremos algumas perspectivas para o futuro dessa relação.

A DISPUTA DE PROJETOS REGIONAIS: ALBA *VERSUS* UNASUL

O presidente Hugo Chávez ficou conhecido pelo grande protagonismo internacional. Seu projeto político deu novo significado aos traços já existentes da política exterior venezuelana: o excepcionalismo (país concomitantemente democrático, petroleiro, terceiro-mundista e ocidental), o presidencialismo (preponderância do mandatário sobre o Ministério das Relações Exteriores e o Legislativo em temas internacionais) e o grande ativismo em órgãos multilaterais. As múltiplas identidades do país, que é andino, caribenho e amazônico, ajudaram a lastrear as pretensões ambiciosas na arena regional, como criar um novo polo de poder que pudesse fazer frente à hegemonia norte-americana na América Latina, além de buscar superar a dependência econômica e comercial dos Estados Unidos. Há, por conseguinte, um forte vínculo entre a política externa e as mudanças internas perpetradas por Chávez (BARRANTES, 2012; CARMO, 2007; SERBIN, 2011a). A ALBA surge em sintonia com a radicalização interna do processo bolivariano, que tem como marcos a tentativa de golpe de Estado em 2002 e o posterior *paro petrolero* de 2003, acontecimentos que trataremos mais adiante.

Apresentada pela primeira vez na Cúpula de Países Caribenhos de 2001, a ALBA era, inicialmente, uma "alternativa bolivariana" à proposta da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA), feita pelos Estados Unidos. Naquele contexto, em que havia ainda poucos líderes dispostos a assumir uma postura mais ofensiva frente à potência hemisférica, a ideia venezuelana teve pouco eco, contando apenas com o apoio de Cuba. Em 2004, a ALBA ganhou forma como um tratado comercial bilateral e, após a derrocada da ALCA, em 2005, esse novo arranjo pleiteou o papel de alternativa aos esquemas de cunho "neoliberal", como o MERCOSUL e a Comunidade Andina (STELLA, 2012). No ano seguinte tiveram lugar as adesões de Bolívia, Nicarágua, Dominica, Honduras (até 2010)[3], Equador, São Vicente e Granadinas, Antígua e Barbuda, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis e Granada ao bloco.

[3]Honduras saiu da ALBA após o golpe de Estado empreendido contra o presidente Manuel Zelaya em 2009. Desde então, o país permanece fora do bloco.

Em 2009 ocorre uma mudança no acrônimo ALBA, que deixa de ser "alternativa bolivariana" para ser chamado de "Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos". Além do viés comercial que já estava presente desde o início, a principal característica desse bloco é o foco na dimensão social e em projetos de cooperação entre os países nas áreas de educação, saúde e cultura, por meio dos projetos *grannacionales*, garantindo aos seus membros a erradicação do analfabetismo e outros avanços sociais (ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA 2013; BARRANTES, 2012; GARCÍA LORENZO, 2012).

No âmbito comercial e financeiro, foi criado um conselho econômico para estudar as possibilidades de complementaridades entre os países e um sistema de compensação de pagamentos, o SUCRE. As principais realizações, contudo, se concentraram na área energética, por meio da Petrocaribe, empresa petroleira nascida da associação entre a Venezuela e os países caribenhos. Todavia, tal cooperação não conseguiu superar o modelo de *overseas development assistance*, ou seja, de uma ajuda unilateral (BURGES, 2007; BENZI, 2015). Neste caso, a concessão de subsídios no preço do petróleo exportado pelos venezuelanos fez com que a organização, do ponto de vista comercial e econômico, ficasse bastante dependente de um só país, que de acordo com Garcia Lorenzo (2012), chegou a concentrar cerca de 70% do PIB da ALBA.

Houve também um forte incentivo à participação de movimentos da sociedade civil, constituindo o que Andrés Serbin (2011b) classifica de "diplomacia dos povos". Mesmo com esse espaço destinado às organizações sociais, que poderia permitir um maior protagonismo cidadão no bloco regional, do ponto de vista das decisões não houve descentralização do poder. Ou seja, os chefes de Estado e a alta cúpula de seus governos continuaram sendo os responsáveis por definir as ações tomadas no âmbito da ALBA. A baixa autonomia institucional *vis-à-vis* o alto personalismo dos presidentes na seara internacional são características da política exterior da Venezuela que também predominaram sobre a ALBA, demonstrando a força de sua liderança nesse organismo (STELLA, 2012).

Outro destaque da política exterior de Chávez para a América do Sul é a proposta do Banco do Sul (BS), que mesmo estando presente em seu plano de governo desde 1999, só foi oficialmente apresentada para região em 2004. Após um intenso processo de negociação, Bolívia, Equador, Brasil e Argentina entraram como membros em 2007, ano em que o convite para integrar o BS foi estendido a todos os países da UNASUL. Envolto em aparente convergência, na realidade o projeto do Banco do Sul possuía significados diferentes para os países, conforme as necessidades de cada um. Para a Venezuela, o organismo deveria ter a mesma função do Fundo Monetário Internacional (FMI), agindo como um empres-

tador de última instância para os países da região, porém sem as condicionalidades "maléficas" e com uma estrutura decisória igualitária. A Bolívia e o Equador almejavam que a prioridade do banco fosse o desenvolvimento social e a criação de uma moeda única, uma vez que suas economias são altamente dolarizadas[4]. Já o Brasil tinha em mente um organismo similar ao seu Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), ou seja, de financiador de projetos de infraestrutura e desenvolvimento (CARVALHO *et al.* 2010).

De um lado, ao final do processo negociador, a plataforma brasileira ganhou força e se mesclou aos interesses bolivianos e equatorianos no que concerne ao caráter do organismo, resultando em um banco de desenvolvimento com enfoque social. Por outro lado, a Venezuela teve uma grande vitória ao conseguir contrapor a ideia brasileira de ter uma estrutura decisória equivalente aos aportes financeiros de cada país. Sendo o Brasil a maior economia do subcontinente, tal proposta dar-lhe-ia a capacidade de decisão de maneira (des)proporcional, o que, portanto, aumentaria sua influência frente aos demais membros. Sem embargo, Chávez obteve o respaldo necessário para que cada país tivesse um voto no estatuto da instituição. Tal vitória chavista, porém, não fez com que a instituição financeira ganhasse força suficiente para entrar em vigor. A crise econômica de 2008 e a criação do Banco da ALBA – que viabilizou boa parte dos propósitos iniciais de Chávez ao lançar o Banco do Sul – arrefeceram os ânimos da proposta. A sobreposição de instituições financeiras com funções semelhantes na América do Sul[5] e o baixo interesse do Brasil em arcar com os custos de mais um organismo deste tipo, uma vez que o papel de banco de desenvolvimento já era cumprido satisfatoriamente pelo BNDES, também explicam o porquê desta ideia não ter sido efetivada.

Como ficou exposto no caso da ALBA e do Banco do Sul, a Venezuela, com suas múltiplas identidades, procurou lançar-se em um escopo geográfico mais amplo e com propostas mais ousadas; enquanto que o país de Lula da Silva priorizou ações no âmbito sul-americano, mantendo um perfil protagônico e decisivo na região. De fato, o recorte regional da América do Sul está relacionado com interesses da diplomacia brasileira em credenciar-se globalmente como uma liderança regional. Para tal, seria preciso "neutralizar" rivais, como o México e os Estados Unidos, ambos com forte presença na América Central e Caribe, estimulando o Brasil a buscar um espaço mais exclusivo para exercer sua influência (BETANCOURT, 2015; VIEIRA & ALDEN, 2011; VIGEVANI *et al*. 2008).

[4A] economia boliviana apresenta sintomas de dolarização não oficial, quando a moeda nacional não conta com grande credibilidade e acaba sendo substituída informalmente pelo dólar nas transações bancárias e comerciais. No caso equatoriano, a dolarização é total e foi oficializada no ano 2000.

[5B]anco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Andina de Fomento (CAF), Fundo Latino-americano de Reservas (FLAR) e Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), por exemplo.

O processo que deu início ao que hoje é a UNASUL foi impulsionado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, no ano 2000, quando convocou a Primeira Cúpula de Mandatários Sul-Americanos, em Brasília. Pontos como cooperação política, integração comercial, física e energética foram colocados como prioritários pelo país anfitrião, que naquela ocasião apresentou a Iniciativa para Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Como evolução daqueles primeiros debates ocorridos entre 2000 e 2002, já no governo de Lula da Silva, em 2004, foi criada a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), que representou a união dos países que compunham o MERCOSUL e a Comunidade Andina (HONÓRIO, 2012; STELLA, 2012, ROMERO, 2008).

Embora o clima de cooperação fosse alimentado por discursos de interesses comuns, as diferentes visões de Brasil e Venezuela sobre a integração regional geraram impasses durante a definição do caráter da Comunidade Sul-Americana de Nações. O relato da reunião ocorrida em 2005, quando ainda estavam sendo discutidas as suas linhas de ação, mostra que:

> A tônica do encontro foi a discordância dos pontos de vista brasileiro e venezuelano sobre a função do organismo e sua efetividade. Apoiando sua argumentação em uma contraproposta de texto elaborada pelo presidente uruguaio, o presidente venezuelano Hugo Chávez inviabilizou a assinatura de uma declaração conjunta. O chanceler brasileiro, Celso Amorim, e o presidente Lula rebateram as críticas e postergaram um texto definitivo para uma reunião do Mercosul. A dissidência foi importante para redesenhar os propósitos de uma comunidade de países da América do Sul e explicitou a dificuldade do governo Lula para manter um posicionamento mais firme à esquerda. (NAFALSKI, 2011: 104).

Posteriormente, em 2007, a CASA converteu-se em União de Nações Sul-Americanas, abarcando todos os países do subcontinente e priorizando a conciliação política e a busca por estabilidade. A atuação enfática da organização durante as crises colombo-equatoriana e boliviana (2008), na insurreição policial contra Rafael Correa (2010) e no golpe de Estado no Paraguai (2012), representam a consolidação dos princípios de estabilidade política e união da região.

Formada por conselhos temáticos e grupos de trabalho de caráter consultivo, a UNASUL concentra as decisões nas mãos dos mandatários. A baixa autonomia institucional gerou, por um lado, mais agilidade e força em situações que exigem uma resposta rápida e em conjunto, como nos casos citados. Por outro lado, a falta de uma estrutura institucional mais densa reflete o aspecto estratégico que essa organização possuía para o Brasil, que pode ser sintetizado em uma palavra: autonomia. Destarte, surgiu na literatura os termos “autonomia pela diversificação” e “autonomia pela assertividade” para caracterizar a política externa do governo Lula (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007; EIRAS, 2013). Assim

como a UNASUL surgiu como uma tentativa de construir um fórum de diálogo entre os países de maneira autônoma frente aos Estados Unidos, desejo que não era exclusivo do Brasil, sua estrutura pouco vinculante também serviu para que este país pudesse projetar-se globalmente sem ter grandes amarras regionais (BRUN & MUXAGATO, 2012).

Apesar de ter uma dezena de conselhos destinados a discutir diversos temas, muitos deles só existem do ponto de vista formal. Daqueles que lograram maior envergadura institucional, destacamos dois: o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), que abarca o projeto da IIRSA e outras iniciativas voltadas para a integração energética, e o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), que trata de um tema de grande valia para a diplomacia brasileira, pois pleiteia há décadas um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Observamos que assim como a ALBA reflete os anseios da política exterior venezuelana, a UNASUL acomodou temas e agendas que atendiam diretamente aos interesses do Brasil.

Dentre as motivações que levaram à criação da ALBA e da UNASUL está a de proteger a região de influências externas, em especial, dos Estados Unidos. Tanto o Brasil quanto a Venezuela partiam do pressuposto de que as instituições do sistema interamericano, que nasceram no bojo da Guerra Fria, permitiam a manutenção da dominação norte-americana sobre as pautas hemisféricas. Alguns autores defendem que no período em que Chávez e Lula estiveram no poder teve início uma onda de "regionalismo pós-hegemônico" ou "pós-(neo)liberal", caracterizada pelo surgimento de novos arranjos regionais sem a presença estadunidense (SERBIN *et al*. 2012).

No entanto, mesmo compartindo o anseio por maior autonomia regional frente à potência hemisférica, Brasil e Venezuela adotaram estratégias opostas para alcançá-lo. A ALBA, além representar uma opção mais audaciosa em termos geopolíticos, pois adentrou na área de influência histórica dos norte-americanos – a América central e o Caribe – ainda abrigava países cuja postura internacional era muito mais hostil a qualquer ditame estrangeiro. Já a UNASUL, ademais de não incluir a América central e a do Norte, não possui um caráter confrontativo em relação aos Estados Unidos, mas sim de construção de um espaço de diálogo e conciliação dos países sul-americanos, sem a necessidade de intervenção de atores externos.

Mesmo com suas debilidades, a UNASUL auxiliou na consolidação do Brasil como uma liderança moderada, capaz de fazer a ponte entre os dois polos político-ideológicos e econômicos que se desenhavam no continente naquele período: os bolivarianos (Venezuela, Equador e Bolívia) e aqueles países com quem os Estados Unidos mantinham boas relações políticas e laços comerciais privilegiados (Chile, Colômbia e Peru). Não por

acaso, a organização é composta por todos os países da região, enquanto que a ALBA teve um poder de atração muito menor, não conseguindo a adesão do Peru, quando da eleição de Ollanta Humala, nem de outros países governados por líderes identificados com os ideais bolivarianos (CARMO, 2012; PEDROSO, 2014).

A partir da comparação desses dois projetos, é possível constatar que a despeito de não serem antagônicos em seus objetivos-macro, eles, de certa forma, foram concorrentes entre si. O resultado dessa disputa é que, diante da maior capilaridade da UNASUL na região, as propostas brasileiras tiveram maior alcance que as venezuelanas. As explicações para a supremacia do Brasil na arena regional são múltiplas. Podem ser elencados desde aspectos da liderança pessoal de cada um dos mandatários (Lula como sendo mais negociador e Chávez mais combativo e, portanto, mais controverso) até elementos ideológicos que tornaram a ALBA menos atrativa e mais suscetível a mudanças conjunturais e eleitorais (caso de Honduras, por exemplo) [6]. Entretanto, para os propósitos deste trabalho, em que pretendemos analisar as relações bilaterais entre Brasil e Venezuela, consideramos que o ponto mais relevante nessa discussão seja as limitações da política externa chavista, que fizeram com que a liderança brasileira fosse benéfica até para o seu "concorrente". Segundo Carmo (2007: 40), a Venezuela não podia:

> [...] levar a cabo um projeto de integração sul-americana sem o Brasil. Portanto, Chávez radicaliza nos discursos, mas na prática está sempre pronto a fazer concessões para que o Brasil participe das iniciativas integracionistas que partem de Caracas.

Partimos da ideia proposta por Rafael Villa (2007), segundo a qual as debilidades estruturais venezuelanas atuariam como mecanismos ou freios de reversão à alta ideologização da política externa do país, em especial a partir de 2004, fazendo com que uma aliança estratégica com o Brasil fosse fundamental para a própria sobrevivência do chavismo. Essa hipótese será mais bem detalhada na próxima seção, dedicada ao debate sobre as relações políticas desses países entre 2002 e 2010.

AS RELAÇÕES POLÍTICO-DIPLOMÁTICAS

O ano de 2002 é marcante para analisarmos a relação entre Brasil e Venezuela, especialmente durante os governos de Lula e Chávez. Em abril, ocorreu a retirada inconstitucional do presidente venezuelano, após protestos convocados pelas principais forças de oposição: meios de comunicação, partidos políticos, Igreja Católica, empresários e

[6] Nossa análise mais completa de todos os pontos que explicariam a supremacia do projeto brasileiro sobre o venezuelano está no livro "Os projetos políticos de Brasil e Venezuela para a América do Sul do século XXI: a Unasul e a Alba em uma perspectiva comparada". (PEDROSO, 2014).

sindicalistas. Naquela ocasião, veiculou-se nos principais canais de televisão a notícia de que Chávez havia renunciado ante a pressão popular. Não obstante, sua assinatura não constava na carta de renúncia apresentada pelos golpistas, que rapidamente empossaram como presidente o empresário Pedro Carmona, que dissolveu a Assembleia Nacional (MARINGONI, 2004; NEVES, 2010; SIMIONI, 2007; UCHOA, 2003).

A manobra oposicionista foi condenada pela comunidade internacional, menos pelos governos norte-americano e espanhol, que imediatamente reconheceram a legitimidade de Carmona. A Organização dos Estados Americanos (OEA), que não apoiou o ocorrido, fez com que os Estados Unidos mudassem a sua postura inicial para um repúdio discreto à quebra de institucionalidade. Fernando Henrique Cardoso, na época à frente do poder Executivo brasileiro, comparou o golpe àqueles empreendidos pelos militares sul-americanos nos anos 1960 e 70 (ESTADÃO, 2002). A diplomacia brasileira chegou a cogitar a exclusão da Venezuela das negociações que tinham sido iniciadas na cúpula de presidentes sul-americanos em 2000, que incluíam temas como a integração física e energética. Os líderes latino-americanos decidiram realizar uma reunião extraordinária do Grupo do Rio para discutir a situação venezuelana e declararam conjuntamente seu desacordo com a saída de Chávez do poder.

Dias depois, diante da articulação internacional majoritariamente desfavorável ao golpe e da forte comoção popular, militares fiéis ao regime restituíram o líder bolivariano ao poder. A oposição golpista, porém, iniciou uma prolongada paralisação nacional, "*El paro petrolero*", em dezembro daquele mesmo ano. A principal consequência dessa greve, que atingiu diretamente a produção de petróleo da estatal PDVSA, foi uma forte crise econômica. Àquela altura de 2002, Lula já havia sido eleito no Brasil e estava realizando a transição de governo. Enquanto Cardoso fornecia petróleo para que a Venezuela pudesse se manter, Lula enviava aquele que seria seu futuro assessor especial para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia, para tentar mediar a grave crise política. A Organização de Estados Americanos (OEA) já estava no país para buscar uma conciliação entre as partes, mas foi a iniciativa brasileira de criar um grupo de interlocutores estrangeiros que conseguiu costurar um acordo entre o governo e a oposição. O Grupo de Países Amigos da Venezuela, como ficou conhecido, teve sua composição "calculada" pelo presidente Lula: Brasil e Chile, dirigidos por governos de esquerda e que não coadunavam com qualquer intento inconstitucional de retirar Chávez do poder; Espanha e Estados Unidos, que tinham posições mais próximas da oposição venezuelana, gozando, portanto, da confiança desses setores; e, por fim, México e Portugal, atores de fora da América do Sul e considerados "neutros" (MARINGONI 2004, 2009; UCHOA, 2003).

Outro ponto relevante para compreender o impacto do "*paro*" é que, apesar das dificuldades e limitações que essa situação impôs ao governo, o chavismo conseguiu sair vitorioso, pois os prejuízos e inconvenientes causados pela paralisação foram colocados na conta da oposição, que precisou voltar atrás e retomar as atividades de produção petroleira, financeiras e comerciais. Esse fato, aliado com o avanço das negociações encabeçadas pelo Grupo de Amigos da Venezuela, fez com que uma das mais graves crises políticas do país fosse resolvida de forma pacífica (MARINGONI, 2009). Com efeito, avaliamos que a atuação brasileira foi fundamental para a manutenção de Chávez no poder durante aqueles meses turbulentos.

Com a radicalização do governo bolivariano, decorrente dos acontecimentos acima descritos, o ativismo internacional da Venezuela e seu discurso anti-imperialista e antiamericano tornaram-se ainda mais intensos (VILLA, 2007). Entre 2004 e 2005, Chávez empenhou-se fortemente em derrocar o anseio norte-americano de implantar a Área de Livre-comércio das Américas (ALCA). Na Cúpula de Mar del Plata (2005), na Argentina, em que os países latino-americanos estavam reunidos, ocorreu o repúdio da região frente a essa proposta.

Para o Brasil, a possibilidade de integrar uma área de livre-comércio com os Estados Unidos significaria o fim de um projeto desenvolvimentista baseado, principalmente, no fortalecimento da indústria nacional. Assim, houve uma convergência entre grupos de interesse domésticos – mais notadamente o empresariado e as centrais sindicais – e a diplomacia brasileira no sentido de tentar barrar a proposta. Ou seja, tratava-se de uma questão vital para o desenvolvimento do país, porém a estratégia utilizada pelo Brasil foi a de privilegiar a negociação, no sentido de buscar apoio nos demais países envolvidos para não ter que confrontar diretamente os Estados Unidos (SANTANA, 2001).

Já para a Venezuela, a situação de extrema dependência econômica das atividades petroleiras e do mercado norte-americano acabava sendo um entrave às mudanças que Chávez pretendia realizar no âmbito interno. Isso porque existiam grupos que sustentavam e eram sustentados por essa dependência. Para além da retórica antiamericana de seu líder, que se tornava mais eloquente, é preciso levar em consideração que um eventual êxito da ALCA representaria o congelamento do *status* de país petroleiro e desestimularia qualquer intento de desenvolvimento não vinculado aos Estados Unidos (CARMO, 2007).

Há muitas leituras sobre esse momento. Em especial, destaca-se uma das análises de Corival Alves do Carmo (2007), que afirma que quando Chávez apresentou a ALBA aos demais líderes de esquerda como uma contraproposta concreta, eles acabaram sendo, de

certa forma, “constrangidos” e impelidos a rechaçarem a ALCA. Não que essa tenha sido a principal motivação para que os países latino-americanos tivessem para rejeitar a ideia estadunidense, contudo o fato de já existir um mandatário que capitaneasse um discurso antiamericano serviu para que os demais pudessem se “autopreservar” desse desgaste.

Assim como no caso dos projetos regionais, Brasil e Venezuela estiveram ligados ao mesmo objetivo de derrocar a ALCA, mas, cada qual, adotando uma maneira distinta para consegui-lo. O fato é que a combinação das duas estratégias – postura negociadora e estilo combativo – foi eficiente para excluir essa proposta da agenda hemisférica.

Em 2006, a Venezuela anunciou a sua saída da Comunidade Andina[7] como condição para integrar de maneira plena o MERCOSUL. A adesão seria vantajosa para ela, que já importava muitos produtos dos países do Cone Sul que, em contrapartida, importavam dela petróleo e produtos derivados. Seu potencial energético era um grande atrativo para o bloco, enquanto que a possibilidade de continuar importando de seus membros com tarifas inferiores também era benéfica para o país, dado que sua indústria não petroleira ainda não conseguira desenvolver-se a ponto de suprir a demanda crescente de seu mercado interno (ROMERO, 2008).

As mútuas vantagens comerciais com a inserção de mais um ator no bloco estavam refletidas no acordo-macro de 2006 e, à primeira vista, pareciam denotar que o processo de incorporação do país bolivariano seria realizado em poucos meses (GUERRERO, 2012). A liberalização dos mercados venezuelanos seria extremamente lucrativo para as empresas brasileiras produtoras de bens de consumo, conforme o amplo estudo realizado por Sennes e Barbosa (2007)[8]. Mesmo assim, parte do empresariado brasileiro estava receosa com a entrada da Venezuela no bloco, muito embora as condições pouco claras de adaptação à tarifa externa comum (TEC) sugeriam que haveria mais sacrifícios do lado bolivariano. Isto é, a adesão seria economicamente benéfica para Brasil e Venezuela, ainda que muito mais vantajosa para os brasileiros, que teriam menos custos que os venezuelanos nesse processo (SANTOS & VILAROUCA, 2007).

O ponto é que a despeito do potencial econômico, a postura confrontativa e altamente ideologizada de Chávez frente ao neoliberalismo e à hegemonia norte-americana

[7]Muitos dos membros do arranjo andino, com o fracasso da ALCA, aceitaram a proposta norte-americana de tratados bilaterais de livre-comércio, o que enfraqueceu o mecanismo de preferências tarifárias. A CAN, portanto, apresentava grandes dificuldades em compatibilizar os diferentes modelos de desenvolvimento de seus membros (ROMERO, 2008).

[8]Em “Avaliação do Potencial Econômico da Relação Brasil-Venezuela”, Ricardo Sennes e Alexandre Barbosa (2007) apresentam dados que demonstram a complementaridade econômica entre esses países, comprovando que, de fato, o empresariado brasileiro tinha grandes interesses em construir uma parceria privilegiada com o país bolivariano.

gerou muita desconfiança entre os membros do bloco. O receio de que o MERCOSUL se tornasse uma plataforma bolivariana fez com que houvesse intensas discussões nas casas legislativas de Brasil[9] e Paraguai, responsáveis por retardar o processo de adesão em quatro anos. Portanto, um tema que deveria estar subscrito somente à lógica comercial acabou sendo influenciado por questões político-ideológicas, demandando um esforço de convencimento dos parlamentos, que em geral dificilmente criam entraves a acordos internacionais (GUERRERO, 2012; OLIVEIRA, 2010).

Por fim, a lógica econômica prevaleceu sobre a ideológica e a entrada da Venezuela pode ser concretizada logo após a exclusão do Paraguai do arranjo comercial, ocorrida em meio ao *impeachment* sofrido por Fernando Lugo em 2012. O congresso paraguaio era o último que ainda bloqueava a inserção venezuelana no bloco e, tão logo Lugo foi destituído, as chancelarias brasileira e argentina se articularam para incluir definitivamente o país bolivariano no MERCOSUL. Naquela ocasião, os países membro entenderam tratar-se de um processo que feria a cláusula democrática da instituição, suspendendo temporariamente o Paraguai da mesma. Neste ínterim, a entrada da Venezuela foi aprovada e, após o retorno dos paraguaios ao bloco e algumas recusas, seu congresso finalmente ratificou a adesão venezuelana. Essa saída rendeu questionamentos sobre a legitimidade de tal procedimento, porém demonstrou que o Brasil estava verdadeiramente disposto a custear a entrada da Venezuela (AMARAL JUNIOR, 2013).

Esse caso é emblemático porque fica claro que a ideologia bolivariana defendida por Chávez perde importância quando seu país passa a ser membro de uma organização classificada e criticada anteriormente por ele por ser "neoliberal" (ROMERO, 2008; BURGES, 2007). Vale ressaltar que foi justamente a conotação ideologizada que o mandatário venezuelano imprimiu à ALBA a responsável pelos receios gerados na aceitação de seu país ao bloco. O desfecho dessa história revela que, mais uma vez, os interesses brasileiros foram fundamentais para incluir a dose de pragmatismo necessária para solucionar os impasses. Rafael Villa (2007: 10) explica que elementos materiais oriundos das limitações estruturais da economia venezuelana fizeram com que as tendências mais radicais e ideológicas do líder bolivariano fossem suavizadas, agindo como "freios" à alta ideologização. A entrada do país no MERCOSUL, por conseguinte, deve ser lida em um contexto de superação de debilidades econômicas venezuelanas, tema que remete à próxima seção.

[9] No caso brasileiro, Chávez chegou a ser desrespeitoso com o Congresso Nacional, afirmando ser este um "papagaio dos Estados Unidos", causando fortes reações entre os parlamentares da oposição e da base aliada ao governo (GUERREIRO, 2007). Este episódio foi detalhadamente estudado por SANTOS e VILAROUCA (2007).

AS RELAÇÕES ECONÔMICAS E COMERCIAIS

A polêmica entrada da Venezuela no MERCOSUL acabou ofuscando a progressiva aproximação com o Brasil em termos econômicos e comerciais. Guerrero (2012) relata que há três momentos que antecedem a inserção venezuelana no referido arranjo comercial. O primeiro deles vai de 1994 a 1999, quando o país manifestou o seu desejo em participar do bloco, acercando-se dos principais sócios. Com os argentinos, os acordos se restringiram a investimentos conjuntos entre a estatal venezuelana de petróleo, a PDVSA, e a YPF, *Yacimientos Petrolíferos Fiscales*, sua homóloga argentina. Já com os brasileiros, foram identificados alguns pontos prioritários de ação conjunta, dos quais destacamos: a exploração de petróleo e gás nos dois países; construção de refinarias; exploração do potencial hidroelétrico na região fronteiriça (Unidade Federativa de Roraima); acordos de compra e venda de hidrocarbonetos; distribuição de combustíveis e lubrificantes no mercado interno brasileiro, na América Latina e no mundo (GUERRERO, 2012: 119). Isso significa que antes da ascensão de Chávez, a Venezuela já estava disposta a intensificar os laços econômicos com os países membros do bloco mercossulino, especialmente com o Brasil, tendo em vista as complementaridades de suas economias. Contudo, a crise financeira que teve o México como epicentro, se alastrou pelo hemisfério americano, contribuindo para o adiamento desses planos.

De 1999 a 2002, já sob o governo bolivariano, teria tido início a segunda fase, denominada por Guerrero (2012) de "aproximação estratégica". Nela, o objetivo de diversificar parcerias na arena internacional estimulou a Venezuela a reforçar a aliança comercial com o Brasil, com vistas a ingressar no MERCOSUL. Com a chegada de Lula ao poder e a intervenção brasileira na crise política venezuelana, o período de 2002 a 2007 é considerado um "passo adiante" nesse sentido, pois houve avanços em muitos aspectos, como no comércio bilateral e na adesão da Venezuela ao Mercado Comum do Sul.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (MDIC, 2015), entre 1999 e 2012 – período em que Hugo Chávez esteve no poder – os volumes negociados com o Brasil quadruplicaram, alcançando a marca de 6 bilhões de dólares. As importações brasileiras da Venezuela apresentaram crescimento, porém ficaram restritas a produtos relacionados com recursos minerais[10]. Já a pauta exportadora brasileira nesse período era mais volumosa e diversificada[11], fazendo com que a balança comercial fosse sempre favorável ao país de Lula, passando de USD 13,1

[10]Os itens que concentram a maior parte do volume da pauta exportadora venezuelana são: combustíveis, óleos e ceras minerais, produtos químicos e plásticos.

[11]Incluindo: animais vivos e produtos do reino animal; produtos de origem vegetal; produtos alimentares; minerais; produtos químicos; têxteis; maquinários, dentre outros.

bilhões em 2002 para USD 19,3 bi em 2012, com um pico de USD 46,4 bi em 2006. Mais dados estão contidos na análise de Luciano Wexell Severo (2013: 1), que indica que:

> Já não é novidade afirmar que as economias do Brasil e da Venezuela aprofundaram seus laços de conexão durante os governos de Lula e de Chávez. O comércio binacional foi ampliado em mais de oito vezes, saltando de US$ 880 milhões em 2003 para US$ 6,3 bilhões em 2012. No mesmo período, as vendas brasileiras para o país vizinho aumentaram de US$ 600 milhões para US$ 5 bilhões. As compras, de US$ 275 milhões para US$ 1,3 bilhão. A assimetria do comércio apresentou considerável redução. Em 2007, para cada dólar importado o Brasil exportou 13,7 para a Venezuela. Em 2012, graças a esforços políticos e de inteligência comercial, intensificaram-se as compras brasileiras e esta relação caiu para quatro.

Esses números ajudam a quantificar a crescente importância comercial e econômica desta parceria estratégica. Durante o governo Lula, o vizinho do Norte converteu-se em um aliado regional significativo, enquanto que para a Venezuela a parceria com os brasileiros tornou-se ainda mais indispensável, pois sendo o terceiro país com quem mais se relacionava comercialmente[12], o Brasil passou a ser um dos maiores fornecedores de alimentos aos venezuelanos.

No entanto, conforme ressaltam Pedro Barros *et al.* (2011) e Luciano Severo (2013), a assimetria comercial, embora vantajosa para o Brasil no curto prazo, poderia trazer prejuízos à manutenção dessa parceria, motivo pelo qual também houve esforços no sentido de dirimi-la. Se do ponto de vista regional, o governo brasileiro empenhou-se para colocar a Venezuela no MERCOSUL, no âmbito bilateral o país vizinho foi incluído nos planos de internacionalização das empresas brasileiras e de suas políticas públicas.

O capitalismo brasileiro foi construído por iniciativa estatal, rendendo-lhe a alcunha de "Estado empresário". Lula manteve essa característica ao eleger conglomerados privados para serem beneficiados pelos incentivos do Banco Nacional do Desenvolvimento (TAUTZ *et al.,* 2010). Esta discussão é importante porque o BNDES financiou a ida de grandes empresas brasileiras à Venezuela, em especial a partir de 2009, quando o presidente petista anunciou um aporte de mais de USD 4 bilhões para que essas corporações desenvolvessem diversas atividades no país vizinho, atuando em setores como metalurgia, exploração de petróleo, petroquímica, automotriz, habitação, construção de linhas de metrô, mineração, dentre outros (GUERRERO, 2012: 209-210).

[12]Segundo Luciano Wexell Severo, em entrevista concedida a Pedro Carvalho e Vitor Sorano, o Brasil só fica atrás dos Estados Unidos e da China como principais parceiros comerciais da Venezuela (CARVALHO & SORANO, 2013).

Ainda como parte do esforço de aproximação econômica com a Venezuela, no final do segundo mandato de Lula foi instalado, na capital Caracas, um escritório do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), como mais um dos vértices de cooperação entre os países. Desde que iniciou suas atividades, a missão do IPEA realizou inúmeros relatórios, estudos e investigações sobre a viabilidade de novas parcerias bilaterais e até multilaterais, envolvendo outros países do Caribe, além de indicar a viabilidade de iniciativas de integração entre o norte do Brasil e o Sul da Venezuela (BARROS, 2013). Pedro Barros (2013: 247-248), chefe da missão do IPEA na Venezuela, explica que a intenção era:

> [...] assessorar a administração pública venezuelana em políticas públicas; organizar cursos de formação em políticas públicas e planejamento; organizar estudos e seminários para impulsionar a integração entre o norte do Brasil e o sul da Venezuela; estudar o desenvolvimento de cadeias produtivas associadas à atividade petroleira; e pesquisar integração regional e comparada.

Vale notar que a Venezuela é o país que mais conta com instituições brasileiras em seu território, que além do IPEA e das representações diplomáticas, do Exército, Marinha e Forças Aéreas, abriga a Petrobras, a Agência Brasileira de Inteligência, a Polícia Federal, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (BARROS, 2013). Com a Embrapa, mais especificamente, a atuação em conjunto desde 2005 tem sido classificada como estratégica. Para compreender a essencialidade dessa parceria, é preciso levar em consideração, uma vez mais, as limitações que uma economia petroleira impõe, como o atrofiamento de outros setores não ligados ao petróleo, tal qual o agrícola. Considerando a necessidade de abastecimento alimentar de um mercado interno cada vez mais pujante e o fato de que a sociedade venezuelana é altamente urbana, o que reduz a atratividade de funções ligadas à agricultura, a cooperação com uma empresa reconhecida mundialmente por desenvolver tecnologias e técnicas de melhoria de cultivos é extremamente importante para a Venezuela (HITNER & CARLOTTO, 2014).

Em suma, a relevância da parceria econômico-comercial entre Brasil e Venezuela está demonstrada não só por meio dos números do comércio exterior, mas também reside na presença maciça de empresas públicas e privadas brasileiras em solo venezuelano. A ênfase nessa relação bilateral, que desde os anos 1990 tornava-se crescente com o aceno da Venezuela ao MERCOSUL, ganhou um aspecto estratégico durante o governo de Lula.

UM BALANÇO DAS RELAÇÕES BILATERAIS E PERSPECTIVAS DIANTE DE UM NOVO CENÁRIO

Em nosso trabalho procuramos abarcar os itens mais relevantes da relação bilateral entre Brasil e Venezuela, passando por temas regionais, político-diplomáticos, econômicos e comerciais, fatores que mesmo analisados separadamente, estão fortemente inter-relacionados. No que concerne ao primeiro aspecto, em que analisamos os respectivos projetos regionais, foi no bloco bolivariano, a ALBA, que os venezuelanos puderam exercer sua influência ao moldar o organismo às suas demandas de política externa. Por outro lado, assim como na proposta do Banco do Sul, a UNASUL acabou ganhando contornos mais próximos daquilo que o Brasil pleiteava, demonstrando que a Venezuela não conseguiu suplantar a liderança brasileira no âmbito sul-americano. Como avaliou Carmo (2012: 313), Chávez precisou ceder frente às pressões brasileiras na arena regional, pois ter um vínculo forte com este país serviria de um "seguro" diante dos possíveis efeitos colaterais decorrentes de um discurso cada vez mais antiamericano. Ou seja, por conta de uma postura maniqueísta em relação aos Estados Unidos, posições mais ideologizadas no âmbito sub-regional tiveram que ser abrandadas em nome da segurança que a aliança estratégica como Brasil representava. Assim, a Venezuela submeteu algumas de suas pretensões aos interesses brasileiros, a fim de contar com seu respaldo.

Analisando o retrospecto político da Venezuela, observamos que os problemas internos ocorridos entre 2002 e 2003 – que antecederam a radicalização do processo bolivariano – também fizeram com que o Brasil exercesse um papel essencial para pôr fim a um dos períodos mais turbulentos do chavismo. Nesse sentido, a atuação de Fernando Henrique Cardoso e de seu sucessor, Lula da Silva, foram sumamente importantes. Com o presidente petista, porém, a maior ênfase dada à América do Sul e, consequentemente, à relação com a Venezuela fez com que o Brasil investisse ainda mais na aproximação estratégica com seu vizinho nos âmbitos político e econômico.

Ademais, a debilidade estrutural da economia venezuelana, oriunda da prevalência da indústria petroleira, funcionou como um elemento material que abrandou a alta ideologização da política externa chavista. Esta radicalização externa reforçou ainda mais a necessidade de estabelecer uma aliança estratégica com o Brasil. Como verificamos em nossa análise sobre as trocas comerciais, o crescente mercado interno venezuelano mostrou-se extremamente atrativo para as empresas brasileiras, o que aliado ao fato de ser um dos maiores produtores de petróleo do mundo, fez com que existissem elementos materiais fortes para tal aproximação. Estes elementos, em conjunto, explicam a contraditória entrada da Venezuela no MERCOSUL, apesar da retórica inflamada de seu

presidente contra esquemas "neoliberais", e demonstram as limitações estruturais do projeto bolivariano.

Logo, mesmo jogando papéis que, por vezes, os colocaram em posições opostas ou de rivalidade, Brasil e Venezuela são países que no período estudado precisaram cooperar entre si para alcançar um status de maior relevância na arena internacional. Tal objetivo era anterior às presidências de Chávez e Lula e para cada país possuía um significado e correspondia a uma estratégia distinta, mas a relativa convergência ideológica entre esses governos favoreceu a relação estratégica entre os países, tendo em vista que essa aproximação também foi fruto de decisões políticas. Além dos aspectos político-diplomáticos, vimos que há fatores materiais que dão sustentação para essa aliança, especialmente no que tange as trocas comerciais. Ainda assim, é importante ressaltar que a dependência mútua observada entre 2002 e 2010 era assimétrica, sendo mais favorável ao Brasil, seja pela necessidade política da Venezuela em manter seu vizinho como um aliado, seja do ponto de vista comercial e econômico.

A partir de 2011, por razões endógenas e exógenas aos países, a conjuntura que propiciou a aproximação estratégica e favoreceu a cooperação entre eles mudou. A bonança econômica que vigorou na região começou a dar sinais de esmaecimento, enquanto que as agitações populares demonstraram a insatisfação dos cidadãos, criando mais desafios para seus governos. Em 2013, após a morte de Chávez e a acirrada disputa eleitoral que confirmou Nicolás Maduro como seu sucessor, a já delicada situação da economia venezuelana começou a converter-se em uma grave crise, caracterizada por um câmbio sobrevalorizado e desabastecimento de produtos básicos. No Brasil, o quadro econômico de desaceleração, combinado com grande descontentamento popular e aumento da polarização política, também impôs dificuldades à presidente Dilma Rousseff. A conjuntura mais adversa não afetou as relações comerciais[13], porém as relações políticas entre os países ficaram mornas, em parte, por conta do menor ativismo da presidente brasileira frente aos temas internacionais e às dificuldades internas que obrigam ao Maduro a arrefecer o protagonismo internacional de seu país.

Concluímos que se em alguns momentos houve disputas político-ideológicas entre Brasil e Venezuela, os laços e interesses materiais que os uniam serviram para garantir que o pragmatismo e a cooperação predominassem. De fato, um relacionamento estável e produtivo é essencial para ambos, o que tem sido cultivado pelas duas diplomacias. Vale salientar, pensando nas perspectivas futuras, que a visita de uma comissão de se-

[13] Segundo Severo (2013), mesmo no período de Dilma e Maduro, as relações bilaterais, especialmente do ponto de vista comercial, seguiram aquecidas: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=220805> (acesso em 22 abril de 2014).

nadores brasileiros liderada pelo político Aécio Neves[14] foi um incidente fora da curva no relacionamento bilateral, uma vez que foi alimentado muito mais por disputas políticas na esfera brasileira[15] do que por problemas entre os dois países. Esse pequeno arranhão não deve representar um grande desvio de rota, uma vez que a parceria comercial, econômica e política de Brasil e Venezuela tem se mostrado cada vez mais sólida, mesmo com a diminuição do ativismo internacional de ambos os países.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA. (2013). ¿**Qué es el ALBA-TCP***?* In: http://www.alianzabolivariana.org/que_es_el_alba.php (acessado em 15 de janeiro de 2013).

AMARAL JUNIOR, Alberto. (2013). Fragmentação e Integração na América do Sul. In LAGOS, Ricardo (coord.). **América Latina no mundo: Desenvolvimento Regional e Governança Internacional***.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, pp.51-62.

BARRANTES, Erika M. (2012). **Impacto da Política Externa Venezuelana na Conformação da Coesão Social na América Latina: o caso da ALBA***.* Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

BARROS, Pedro *et al*. (2011). A integração Brasil-Venezuela e o eixo Amazônia-Orinoco. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília (7): 33-41.

BARROS, Pedro. (2013). A agenda de pesquisa da missão do IPEA na Venezuela. **Leituras de Economia Política**, Campinas (21): 241-256.

BENZI, Daniele. (2015). El exitoso ocaso del ALBA. Réquiem para el último vals tercermundista. **Anais do XXXIII Congresso da Latin American Studies Association**, San Juan, LASA.

BETANCOUT, Ricardo. (2015). ¿El ocaso de la Doctrina Monroe? Colombia y Brasil, entre el norte de siempre y un sur renovado. ***Anais do XXXIII Congresso da Latin American Studies Association***, San Juan, LASA.

BRASIL ainda não reconhece novo governo da Venezuela. (2012). **Estadão**. São Paulo, 12 de abril de 2002, Internacional. In: http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-ainda-nao-reconhece-novo-governo-da-venezuela,20020412p45620 (acessado em 03 de março de 2015).

BRUN, Élodie; MUXAGATO, Bruno. (2012). El proyecto internacional brasileño (2003-2010): Intenciones regionales y proyección global vía las relaciones Sur-Sur. **Anuario Americanista Europeo** (10): 91-116.

BURGES, Sean. (2007). Building a global southern coalition: the competing approaches of Brazil's Lula and Venezuela's Chávez. **Third World Quarterly***,* 28(7): 1343-1358.

[14] A comitiva de oposição ao governo Dilma foi à Venezuela para visitar políticos presos e demonstrar seu apoio aos oposicionistas venezuelanos, porém foram impossibilitados de cumprir sua agenda e tiveram que retornar ao país sem cumprir sua agenda. Essa situação gerou um mal-estar diplomático e acirrou o clima de polarização política no Brasil.

[15] Neves perdera as eleições presidenciais de 2014 para Rousseff e, desde então, apresentava-se como porta-voz da oposição mais radical ao governo.

CARMO, Corival A. (2007). Confrontando o subdesenvolvimento e a dependência: a Venezuela de Hugo Chávez. In: CARMO, Corival A. (org.). **Venezuela: mudanças e perspectivas**. 1ª Ed. Brasília: FUNAG, pp. 13-56.

_____. (2012). O projeto integracionista bolivariano de Hugo Chávez e o pragmatismo da política externa Brasileira. In: SERBIN, Andrés *et al.* (Orgs.). **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe,** CRIES, Buenos Aires, (9): 301-320.

CARVALHO, Carlos E. *et al*. (2010). Banco do Sul: A Proposta, o Contexto, as interrogações e os Desafios. In: VADELL, Javier et al (Orgs.).(2010). **Os novos rumos do regionalismo e as alternativas políticas na América do Sul,** Minas Gerais: Editora PUC-MG.

CARVALHO, Pedro; SORANO, Vitor. (2013). **Comércio quadruplica e fica favorável ao Brasil na era Chávez.** Portal iG. 06 de março de 2013. In: http://economia.ig.com.br/2013-03-06/comercio-com-a-venezuela-quadruplica-e-fica-favoravel-ao-brasil-na-era-chavez.html (acessado em 06 de março de 2013).

EIRAS, André L. (2013). Autonomia pela Assertividade*:* **A Política Externa Brasileira do Partido dos Trabalhadores (2003-2010).** Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.

GARCÍA LORENZO, Tania. (2012). El ALBA visto desde el Caribe: entre la realidad y los sueños. In: SERBIN, Andrés *et al.* (Orgs.) (2012). **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe**, CRIES: Buenos Aires, (9):207-232.

GUERREIRO, Gabriela. (2007). Renan e Chinaglia repudiam críticas de Chávez contra o Congresso Brasileiro*.* Folha de São Paulo, São Paulo, 01 de jun de 2007, **Poder**. In: http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u301396.shtml (acessado em 08 de junho de 2007).

GUERRERO, Modesto E. (2012). **Venezuela en el MERCOSUR**. Caracas: Vadell Hermano Editores.

HITNER, Verena; CARLOTTO, Maria C. (2014). Padrões de cooperação, padrões de inserção: a cooperação técnica agrícola entre Brasil e Venezuela para além da inserção na 'sociedade do conhecimento. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, 13(2): 145-162.

HONÓRIO, Karen. (2013). **O significado da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) no regionalismo sul-americano: um estudo sobre a iniciativa e a participação do Brasil**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MARINGONI, Gilberto. (2004). **A Venezuela que se inventa: Poder, Petróleo e Intriga nos Tempos de Chávez.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

_____. (2009). **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: Editora UNESP.

MDIC, Dados do Comércio Exterior. (2015). Rio de Janeiro: **Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior**. Anual. In: http://www.mdic.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576 (acessado em 01 de maio de 2015).

NAFALSKI, Guilherme. (2011). **Unasul: uma perspectiva política de integração sul-americana.** São Paulo: Editora AlfaOmega.

NEVES, Rômulo F. (2010). **Cultura política e elementos de análise da política venezuelana.** Brasília: Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG).

OLIVEIRA, Ana Carolina V. de. (2010). Estratégias regionais: o Mercosul na política externa brasileira de 2003 a 2006. **Observatório Político Sul-Americano**, Rio de Janeiro, Observador Online OPSA, 5(11).

PEDROSO, Carolina S. (2014). **Os projetos políticos de Brasil e Venezuela para a América do Sul do século XXI: a Unasul e a Alba em uma perspectiva comparada**. 1ª Ed. São Paulo: Cultura Acadêmica.

ROMERO, Carlos. (2008). **Venezuela: uma integração complexa**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina.

SANTANA, Helton R. P. (2001). Grupos de Interesse e a Política Externa Brasileira para a ALCA. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, 23(1):167-196.

SANTOS, Fabiano; VILAROUCA, Márcio. (2007). Adesão da Venezuela ao Mercosul: Des-ideologizar como forma de atingir o Interesse Nacional. **Papéis Legislativos** *OPSA*, Observatório Político Sul-Americano (IUPERJ) e Núcleo de Estudos sobre o Congresso (NECON), Rio de Janeiro, n. 4.

SENNES, Ricardo; BARBOSA, Alexandre de F. (2007). "Avaliação do Potencial Econômico da Relação Brasil-Venezuela". **Papéis Legislativos** *OPSA*, Observatório Político Sul-Americano (IUPERJ) e Núcleo de Estudos sobre o Congresso (NECON), Rio de Janeiro, n. 5.

SERBIN, Andrés *et al*. (2011) El regionalismo post-liberal en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos. In: SERBIN, Andrés *et al*. (Orgs.). *Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe*, CRIES, Buenos Aires, (9): 5-16.

SERBIN, Andrés. (2011ª). **Chávez, Venezuela y la Reconfiguración Política de América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana.

_____. (2011b). "Regionalismo y soberania nacional em América Latina: lecciones aprendidas y nuevos desafíos". In: MESA, Manuela (org.). **Anuario CEIPAZ 2011-2012: El mundo a la deriva: crisis y pugnas de poder**. Madrid: Fundación Cultura de Paz.

SEVERO, Luciano W. (2013). **Relações Brasil-Venezuela seguem aquecidas.** Portal Vermelho, 11 de Agosto de 2013. In: http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=220805 (acessado em 11 de Agosto de 2013).

SIMIONI, Monica. (2007). **Comunicação e disputa hegemônica na Venezuela no pós-golpe de abril de 2002**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Programa de Estudos de Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SINGER, André. (2012). **Os sentidos do Lulismo. Reforma Gradual e Pacto Conservador**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras.

STELLA, Marco Della. 2012. *L'UNASUR e l'integrazione in America del Sud.* Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Corso di Laurea Magistrale in Relazioni Internazionali Comparate, Università Ca'Foscari Venezia.

TAUTZ, Carlos *et al*. (2010). O BNDES e a Reorganização do Capitalismo Brasileiro: um debate necessário. In **Os Anos Lula: Contribuições para um Balanço Crítico 2003-2010.** Rio de Janeiro: Garamound.

UCHOA, Pablo. (2003). **Venezuela: a encruzilhada de Hugo Chávez**. São Paulo: Editora Globo.

VIEIRA, Marco Antonio; ALDEN, Chris. (2011). Brazil and South Africa (IBSA): South-South cooperation and the paradox of regional leadership. **Global Governance**, 17:507-528.

VIGEVANI, Tullo *et al*. (2008). Relação entre política doméstica e integração regional: uma interpretação do Brasil no governo Lula da Silva. In: AYERBE, Luis F. (org.). **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul.** São Paulo: Editora UNESP, pp. 83-116.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. (2007). A política externa de Lula da Silva: a estratégia de autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, 29(2): 273-335.

VILLA, Rafael. (2004). Dos etapas en la política exterior venezolana frente a Estados Unidos en el período de Hugo Chávez. **Cuadernos del CENDES**, Caracas, 21(55): 23-47.

_____. (2007). A política externa de Chávez para a América do Sul: entre a ideologização das identidades e as necessidades de pragmatismo. **Análise de Conjuntura OPSA**, Observatório Político Sul-Americano, Rio de Janeiro, n. 10.